



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CIBELE RAQUEL DELERA CORADELI**

**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**  
reflexões a partir das práticas agroecológicas dos Assentamentos 19 de Outubro e Terra  
Livre – Nova Laranjeiras (Paraná)

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CIBELE RAQUEL DELERA CORADELI**

**AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:**

reflexões a partir das práticas agroecológicas dos Assentamentos 19 de Outubro e Terra

Livre – Nova Laranjeiras (Paraná)

Trabalho Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Laranjeiras do Sul, como requisito para obtenção do título de especialista em Educação do Campo.

Orientador: Roberto Antônio Finatto.

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2017**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Coradeli, Cibele Raquel Delera

Agroecologia e desenvolvimento territorial:  
reflexões a partir das práticas agroecológicas dos  
Assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre ? Nova  
Laranjeiras, Paraná/ Cibele Raquel Delera Coradeli. --  
2017.

53 f.:il.

Orientador: Roberto Antônio Finatto .

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Especialização em Educação do Campo , Laranjeiras do Sul,  
PR, 2017.

1. Agroecologia. 2. Desenvolvimento territorial. 3.  
Agricultura camponesa. 4. Assentamentos. I. , Roberto  
Antônio Finatto, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

CIBELE RAQUEL DELERA CORADELI

**TÍTULO:** "Agroecologia e Desenvolvimento Territorial: Reflexões a partir das Práticas Agroecológicas dos Assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre - Nova Laranjeiras/PR".

Monografia apresentada ao Curso de **Especialização em Educação do Campo** da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, defendido em banca examinadora em 24/10/2017

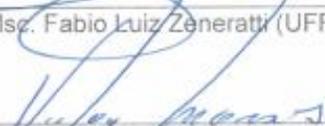
Presidente da Banca: Prof<sup>o</sup>.Dr<sup>o</sup>. Roberto Antonio Finatto

Aprovado em: 24 / 10 / 2017

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>.Dr<sup>o</sup>. Roberto Antonio Finatto (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Msc. Fabio Luiz Zeneratti (UFFS)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>o</sup>. Msc. Vitor de Moraes (UFFS)

## RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as práticas agroecológicas dos Assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre – Nova Laranjeiras (Paraná) e a sua importância para a promoção do desenvolvimento territorial em áreas de agricultura camponesa. Nos últimos anos a inserção de práticas agroecológicas é uma realidade cada vez mais presente no Território Cantuquiriguaçu por meio de um conjunto de ações que envolvem a Rede Ecovida de Agroecologia, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul. Para a realização da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica para fundamentar as transformações recentes ocorridas no espaço agrário brasileiro e para compreender os conceitos de agroecologia, produção camponesa e território. E pesquisa empírica de cunho qualitativo, com a realização e análise de entrevistas com os agricultores que praticam a agroecologia nos assentamentos “Terra Livre” e “19 de Outubro”. As entrevistas tiveram como base um roteiro semiestruturado a fim de conhecer o perfil dessas famílias, da unidade de produção e da prática agroecológica. A análise dos dados evidenciou os desafios enfrentados pelos produtores para o alcance da autonomia na produção de alimentos agroecológicos e em quantidade capaz de abastecer os mercados locais e que, principalmente, estejam ao alcance de todos. Entretanto, mesmo com algumas limitações os agricultores estão buscando se organizar na tentativa de consolidar a transição agroecológica no território.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Desenvolvimento territorial. Agricultura camponesa. Assentamentos.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the importance of agroecology to promote regional development in peasant farming areas based on the case of Settlements 19 October and Free Land - Nova Laranjeiras, Paraná. In recent years the inclusion of agro-ecological practices is a reality more and more present in the Territory Cantuquiriguaçu through a set of actions involving Rede Ecovida de Agroecologia, the Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) and the Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul. The following methodological procedures were used to carry out the research: a bibliographical review to support the recent changes in Brazilian agrarian space and to understand the concepts of agroecology, peasant production and territory. And empirical research of qualitative character, with the accomplishment and analysis of interviews with the farmers who practice agroecology in the settlements “Terra Livre” and “19 de Outubro”. The interviews were based on a semistructured road map in order to know the profile of these families, the production unit and the agroecological practice. The analysis of the data showed the challenges faced by producers to achieve autonomy in the production of agroecological foodstuffs and in quantity capable of supplying the local markets and that, above all, are within the reach of all. However, even with some limitations, farmers are seeking to organize themselves in an attempt to consolidate the agroecological transition in the territory.

**Keywords:** Agroecology. Territorial development. Peasant agriculture. Settlements.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu .....	27
Figura 2 - Tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu (1984-2009) .	29
Figura 3 - Plantação árvores frutíferas .....	37
Figura 4 - Produção de mel orgânico .....	38
Figura 5 - Produtos colhidos para comercialização na feira do município-Plantação de repolho.....	38
Figura 6 - Produtores agroecológicos na feira - Nova Laranjeiras .....	40
Figura 7 - Produtos agroecológicos certificados comercializados na feira da cidade de Nova Laranjeiras.....	40

## **LISTA DE SIGLAS**

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CEAGRO - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia

COAGRI - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná

COOPCAL - Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre

DTR - Desenvolvimento Territorial Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PA - Projeto de Assentamento Federal

PC - Projeto de Colonização Oficial

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PQA - Paradigma da Questão Agrária

PRB - Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens

SGP - Sistema Participativo de Garantia

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
1.1	OBJETIVO GERAL .....	10
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
1.3	MÉTODO.....	11
<b>2</b>	<b>QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA AGRICULTURA CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS .....</b>	<b>13</b>
2.1	O CONCEITO DE TERRITÓRIO .....	16
2.2	DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	19
2.3	A AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	21
<b>3</b>	<b>AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU .....</b>	<b>24</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU .....	26
3.2	A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS “19 DE OUTUBRO” E “TERRA LIVRE” .....	31
<b>4</b>	<b>A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS “19 DE OUTUBRO” E “TERRA LIVRE” .....</b>	<b>34</b>
4.1	A PRÁTICA AGROECOLÓGICA NOS ASSENTAMENTOS .....	35
4.2	A IMPORTÂNCIA DA FEIRA ORGÂNICA PARA GERAÇÃO DE RENDA .....	39
4.3	OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL .....	41
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
	APÊNDICES .....	50

## 1 INTRODUÇÃO

Neste estudo investigamos a importância da agroecologia para o fortalecimento da agricultura camponesa e para a sua reprodução territorial no campo. Atualmente, a discussão sobre a importância e o papel exercido pela agricultura de base familiar para o desenvolvimento ganha força, impulsionado por questões que envolvem desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Neste trabalho, buscamos discutir o tema a partir de abordagens que permitam ultrapassar a concepção economicista de desenvolvimento, e ressaltamos a importância do desenvolvimento territorial tendo como foco principal a agroecologia, por se constituir enquanto estratégia para o desenvolvimento, principalmente, da agricultura camponesa.

A produção agroecológica se contrapõe a um complexo contexto de desenvolvimento econômico produtivista fortemente propagado nas últimas décadas, por meio da Revolução Verde que tem por objetivo o aumento da produtividade dos cultivos agrícolas e com base na agroquímica, na motomecanização e na manipulação genética.

Uma característica da agroecologia enquanto sistema de produção está em seu processo amplo e integrador que ultrapassa os limites dos agroecossistemas e envolve questões econômicas e sociais. Nesse sentido, a agroecologia enquanto sistema produtivo de base ecológica se fundamenta como ciência e prática "[...] como ciência, baseia-se na *aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis*. (ALTIERI, 2012, p. 15 *grifos no original*). Já enquanto prática é o princípio do que hoje chamamos de agricultura sustentável e “se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação”. (ALTIERI, 2012, p. 16)

A motivação pessoal para tratar deste tema na pesquisa nasce durante o curso de pós-graduação em Educação no Campo, por se tratar de um assunto de significativa importância. Tendo em vista que a inserção de práticas agroecológicas é uma realidade cada vez mais presente na região onde vivo (Centro-Sul do estado do Paraná). Ainda que existam grandes desafios como o desenvolvimento de sistemas de produção agroecológicos em maior escala.

O Território Cantuquiriguaçu se destaca nesse tema nos últimos anos, por meio de um conjunto de ações que envolvem a Rede Ecovida de Agroecologia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que possui um curso de graduação em agronomia com ênfase em agroecologia, além do curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesse sentido, buscou-se compreender como a agroecologia contribuiu para o fortalecimento da agricultura camponesa, bem como os desafios enfrentados pelos agricultores para real alcance da autonomia na produção de alimentos saudáveis e em quantidade capaz de abastecer os mercados locais e que, principalmente, estejam ao alcance de todos.

### 1.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as práticas agroecológicas dos Assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre – Nova Laranjeiras (Paraná) e a sua importância para a promoção do desenvolvimento territorial em áreas de agricultura camponesa.

### 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar a produção agroecológica presente nos assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre - Nova Laranjeiras, Paraná.
- Verificar a importância da agroecologia para o fortalecimento da agricultura camponesa e o desenvolvimento territorial.
- Identificar os limites para o avanço e a consolidação da prática agroecológica nos casos estudados.

### 1.3 MÉTODO

A pesquisa contou com os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica para fundamentar as transformações recentes ocorridas no espaço agrário brasileiro e para compreender os conceitos de agroecologia, produção camponesa e território; pesquisa empírica de cunho qualitativo, com a realização e análise de entrevistas com os agricultores que praticam a agroecologia nos assentamentos selecionados para estudo.

As entrevistas tiveram como base um roteiro semiestruturado a fim de conhecer o perfil dessas famílias, da unidade de produção e da prática agroecológica (Apêndice A e B). Para preservar a identidade dos entrevistados, eles serão identificados pelas iniciais dos seus respectivos nomes. O perfil dos entrevistados residentes nos assentamento 19 de Outubro e Terra Livre, localizados no município de Nova Laranjeiras, pode ser visto no Quadro 1. As famílias dos dois assentamentos formam o grupo dos quatro agricultores entrevistados em nossa pesquisa.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados durante o trabalho de campo

	Idade	Escolaridade	Renda Mensal da Família	Nº de pessoas na família
Entrevistado 01	36	Ensino Médio	01 salário	03
Entrevistado 02	47	Ensino Fund.	01 salário	04
Entrevistado 03	53	Ensino Fund.	400,00	02
Entrevistado 04	55	Ens. Superior Incompleto	200,00	03

Fonte: da autora, 2017.

Após a transcrição das entrevistas, o conteúdo foi organizado por categorias. Conforme apontado por Gomes (1994, p. 70) “a palavra categoria se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si [...] trabalhar com categorias significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito [...]”. Em seguida, as informações foram analisadas e interpretadas. A análise tem por objetivo “[...] organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação” (GIL, 2011, p. 156), já a interpretação tem como objetivo “[...] a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos” (GIL, 2011, p. 156).

Análise e interpretação fazem parte do movimento de olhar com atenção para os dados da pesquisa (GOMES, 1994). O processo de análise é composto por três elementos: compreender os dados coletados, obter a confirmação ou não das hipóteses que foram levantadas e ampliar o conhecimento sobre a temática estudada (MINAYO, 1998).

## **2 QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA AGRICULTURA CAMPONESA EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Para compreendermos a questão agrária brasileira faz-se necessário realizarmos a retomada de alguns processos históricos e regulamentos importantes para a formação da estrutura fundiária do país. Ressaltamos que o campo brasileiro foi, historicamente, marcado por um processo desigual de acesso a terra resultando na concentração fundiária.

Miralha (2006) aponta que o regime de sesmarias foi um dos elementos que contribuiu para a situação acima citada. Este sistema teve início durante o processo de colonização portuguesa sendo “[...] o regime de posse da terra vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei (ou o Estado) mantinha o domínio das terras” (MIRALHA, 2006, p. 152).

Miralha (2006) também acrescenta que apenas os brancos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios e judeus ficaram excluídos desse processo. Assim, pode-se afirmar que o modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

Em relação à legislação, a lei que regulamentou o acesso a terra foi a Lei 601/1850, conhecida como a "Lei de Terras". Ela tinha por objetivo garantir que o único meio para a aquisição de terras fosse à compra, extinguindo, assim, o regime de concessão. O aumento no preço das terras dificultou a compra pelos trabalhadores que não possuíam dinheiro suficiente para adquiri-la. Nesse sentido o autor destaca que

a Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria, e conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava prestes a ser abolido. Dessa maneira, se os imigrantes chegassem no Brasil e o acesso a terra fosse livre, como no regime de sesmarias (livre para os “puros”), eles obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café (MIRALHA, 2006, p. 153).

Miralha (2006) aponta a Lei de Terras foi fundamental para manter inalterada a estrutura agrária brasileira e solucionar o problema da mão de obra para a produção do

qcafé. Assim, a partir da criação dessa lei, a aquisição da terra ficou restrita a quem tinha condições de pagar por ela, não sendo o caso dos escravos e dos colonos.

Outra lei que tratou da regulamentação da terra foi a Lei da Reforma Agrária (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra), aprovada após o golpe de março de 1964. Esta lei, entretanto, foi criada pela elite dominante com o objetivo de ser um obstáculo jurídico à reforma agrária e, assim, manter inalterada a estrutura fundiária (MIRALHA, 2006).

A Lei 4.504/1964 apresenta em seu Art.1º a seguinte definição para Reforma Agrária: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Ela também deixa claro que a terra possui uma função social e que a propriedade da terra desempenha sua função quando

Favorece o bem estar dos trabalhadores e proprietários que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964)

A lei deixa explícito que a terra possui uma função social e que é necessário cumpri-la, caso isso não ocorra, o Estado tem a opção de desapropriá-la. Porém, a lei também permite que o Estado entregue a terra a outro proprietário que se comprometa a cumprir com a função social. Portanto, entende-se que [...] a finalidade não é acabar com o latifúndio e promover uma alteração na estrutura agrária, mas garantir a produtividade da terra. (MARÉS, 2003, p. 113)

Portanto, a conquista dos assentamentos rurais se origina dentro desse processo de luta pela terra, quando os camponeses reivindicam a desapropriação de áreas que não estão cumprindo a sua função social, estabelecida pela lei.

Apesar disso, a reforma agrária torna-se uma alternativa enquanto “[...] processo de mudanças estruturais que visa distribuir os direitos sobre a posse e o uso da terra e o controle de sua produção, assegurando a participação da população rural nos benefícios do desenvolvimento” (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 24).

Apesar da existência da legislação que sinaliza para a distribuição de terras, “[...] até a última década, quase metade da terra cultivável ainda estava nas mãos de 1% de fazendeiros, enquanto uma parcela ínfima, menos de 3%, pertenciam a 3,1 milhões de

produtores rurais” (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 23). Considerando-se que o Brasil possui um território com mais de 300 milhões de hectares agricultáveis fica claro a proporção da concentração fundiária. Tendo em vista, que somente uma parcela dessa terra é utilizada na produção agrícola, cerca de metade destina-se à criação de gado.

Como apresentado, os problemas na distribuição de terras têm razões históricas e um dos maiores desafios do Brasil contemporâneo é construir uma nova estrutura fundiária que seja justa, sustentável e economicamente viável.

Dentro dessa perspectiva de luta pela terra é que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Caldart (2001), o MST foi criado formalmente em 1984 no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. O Movimento tem por objetivos lutar pela terra, pela reforma agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem exploradores e explorados.

Ainda conforme Caldart (2001) Embora a luta pelo direito a terra seja a ação principal do MST, as questões que envolvem o processo de formação do sujeito “sem terra” em sentido mais amplo, inseridas na lógica de resistência ao sistema capitalista também compõem o escopo de atuação do movimento.

O processo de emancipação desse sujeito desprovido de todos os direitos básicos é muito mais amplo, pois busca não somente acesso a terra, mas a todos os elementos necessários para a formação social e humana. Portanto, questões como esta, nos levam a reflexões e questionamentos acerca desse sistema que permite que grande parte das terras que deveriam ser destinadas para cultivo de alimentos esteja nas mãos do latifúndio.

Além desses elementos históricos que permitiram a concentração da terra, deve-se considerar também o processo de modernização da agricultura que teve seu início no período pós-guerra. Conhecida como Revolução Verde alguns autores também a classificam como o período da “penetração capitalista no campo”. Durante esse processo foram criados pacotes tecnológicos, os quais compreendiam sementes, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos tendo o objetivo de produzir monoculturas e aumentar produtividade dos cultivos em escala mundial.

A Revolução Verde teve por objetivo modernizar a agricultura, aumentar a produtividade e, por consequência, o lucro. Para isso, utilizou-se dos recursos naturais sem se preocupar com os efeitos negativos que poderiam ser causados ao ambiente. Um dos problemas ambientais e para a saúde dos agricultores foi à intensificação da produção, comercialização e uso dos agrotóxicos em todo mundo. Em 2008, o Brasil

ultrapassou os Estados Unidos e assumiu a liderança no consumo mundial desses produtos. Atualmente o Paraná ocupa o terceiro lugar de maior consumidor de agrotóxicos do Brasil, o município de Laranjeiras do Sul no ano de 2014 e 2015 registrou o consumo de 257,2 e 211,3 toneladas respectivamente (SIAGRO, 2017)

Esta questão é preocupante, tendo em vista que segundo pesquisas realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) foi encontrado a presença de resíduos de pesticidas em quantidade superior ao permitido por lei e também resíduos de agrotóxicos proibidos para o cultivo de algumas culturas (CAPORAL; COSTABEBER, 2009).

Outro grave problema associado à modernização da agricultura foi à exclusão social dos trabalhadores, agricultores camponeses, que sem acesso aos recursos tecnológicos ficaram à margem desse processo. Iniciando assim um processo de desterritorialização desses sujeitos na medida em que o sem acesso aos pacotes tecnológicos foram obrigados a se reterritorializarem para outros espaços.

## 2.1 O CONCEITO DE TERRITÓRIO

As transformações na agricultura brasileira também devem ser analisadas por meio de uma perspectiva territorial, já que a apropriação de uma porção do espaço caracteriza o conceito de território. Assim, o território representa a transformação do espaço pelo homem por meio das relações sociais historicamente constituídas.

Raffestin (1993) chama atenção para o fato de que território e espaço não ser termos equivalentes, mas que

o território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Outro elemento destacado pelo autor para conceituar o território é o poder. O poder exercido individualmente ou coletivamente, pode ser instrumento político de determinado grupo social. Ao considerar que o território é uma produção a partir do espaço, o autor também afirma que “[...] a produção, por causa de todas as relações que envolve se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Souza (2000, p. 78, *grifo no original*) afirma que o território “[...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de*

*poder*". O autor ainda questiona quem tem o exercício desse poder, ou seja, quem domina ou influencia no espaço. Portanto, o conceito de território não pode ser atrelado somente à questão do Estado, do governo e da dominação.

Souza (2000, p. 81 *grifo do autor*) ainda aponta "[...] A bem da verdade, o território pode ser entendido também à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor [...]. No entanto, ele *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado".

Uma contribuição importante a respeito do conceito território parte de Dematteis (2008), o qual cita que abordagens retóricas da palavra território, sugerem interpretações distorcidas da realidade, por vezes entendendo o território somente como a superfície sobre a qual se projeta alguma atividade.

No território também se identifica uma cultura simbólica de um grupo em relação ao que é vivido no espaço. Souza (2000) aponta que a ocupação desse território torna-se um elemento gerador de raízes e identidade. Portanto, um grupo não pode ser compreendido desvinculado de seu território. Nesse aspecto a territorialidade é um elemento importante, pois como destaca Raffestin (1993), ela é constituída de relações de produção, de troca e de consumo; também de comunicação e informação. Ou seja, envolve questões políticas, culturais e econômicas. Assim,

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Ao tratar das diversas formas de territorialidade, Souza (2000) aponta que é necessário uma flexibilização da visão do que é o território, sendo necessário enxergar para além do espaço concreto. Nesse sentido, o autor aponta que os "territórios, que são no fundo antes *relações sociais projetados no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os *substratos materiais* das territorialidades" (SOUZA, 2000, p. 87 *grifos no original*).

Ainda segundo Souza, o território, ao ser utilizado como instrumento de exercício do poder, por vezes, é apropriado por diferentes grupos para manter a dominação do espaço, compondo assim, as múltiplas territorialidades. Portanto, os territórios podem adquirir caráter permanente ou podem ter uma existência periódica,

cíclica, como por exemplo, os territórios da prostituição, do comércio ambulante e das máfias do narcotráfico (SOUZA, 2000).

Entretanto, para Dematteis (2008) o território não deve ser visto somente como produto do agir humano, sendo necessário considerar as diversas territorialidades existentes, aqui compreendidas “[...] como as relações dinâmicas existentes entre os componentes sociais (economia, cultura, instituições, poder) e os elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios do território onde se habita, se vive e se produz” (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Souza (2000) traz uma discussão mais ampla sobre territorialidade, no singular seria aquilo que faz de qualquer território um território, conforme já citamos as relações de poder e controle sobre determinada área. No plural, as territorialidades significam os tipos em que podem ser classificados os territórios, como por exemplo, os territórios contínuo e descontínuo<sup>1</sup>. Faz-se necessário, segundo Souza (2000), não reduzir o conceito de território, mas apresentar o seu potencial atrelado ao desenvolvimento

Ainda Dematteis (2008) aponta que a territorialidade é um processo de construção que envolve as práticas e conhecimento dos homens com a realidade, ou seja, a soma de todas as relações colocadas por um sujeito com seu território. Nesse sentido, as diferentes abordagens em relação à territorialidade indicam dois modos diferentes de considerar as relações com os territórios e seus sujeitos:

Uma territorialidade “passiva” e “negativa” que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos, e uma territorialidade “ativa” e “positiva”, que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão (DEMATTEIS, 2008, p. 35).

Portanto, em nossa pesquisa, pretendemos discutir o desenvolvimento territorial com base na territorialidade ativa dos sujeitos. Pretendemos verificar quais os elementos do território que permitem a construção de uma territorialidade ativa em busca da transformação social e do desenvolvimento tendo por base a agroecologia.

Nesse sentido, o autor ainda destaca que nos “[...] territórios, vistos como “ativos” a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação

---

<sup>1</sup>São exemplos de territorialidade em rede: territórios descontínuos (organização do tráfico de drogas que disputam o mesmo mercado); território contínuo (favela territorializada por uma organização do tráfico de drogas). O território em rede é chamado pelo autor de território descontínuo, ou seja, trata-se de uma ponte conceitual onde aparece os nós como pontos adimensionais, e não se coloca a questão de investigar a estrutura interna desses nós. Já na escala do território contínuo, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada (SOUZA, 2000).

territorial e de desenvolvimento local” (DEMATTEIS, 2008, p. 35). E, ainda os sujeitos efetivam seus papéis ao agirem de maneira própria com ações autônomas. Para tanto, utilizam-se de estratégias e resistências contribuindo para efetivas mudanças e inovações em seus territórios, como é o caso dos camponeses.

Partindo dessa perspectiva de análise, pretendemos verificar quais os elementos dos assentamentos Terra Livre e 19 de Outubro que permitam a construção de territorialidades ativas dos agricultores camponeses que potencializam o desenvolvimento territorial a contribuem para real autonomia dos produtores.

## 2.2 DO TERRITÓRIO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Uma importante contribuição para o desenvolvimento territorial são as ações intervencionistas utilizadas para combater a pobreza no campo através das políticas públicas. Nesse contexto, merecem destaque as políticas de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR)<sup>2</sup> pensadas como uma alternativa ao desenvolvimento do meio rural, em um contexto de despolitização das políticas públicas neoliberais. As políticas de (DTR) surgem na tentativa de resolver os problemas sociais, como o combate à pobreza dos pequenos produtores rurais (MONTENEGRO GÓMEZ; FAVARO, 2012). Nesse sentido, os autores destacam que

o DTR aparece como mais uma forma de tentar resolver essa mazela social (agravada na era neoliberal) no âmbito das mesmas organizações que promoveram ou apoiaram os ajustes estruturais. Por meio de medidas de eficácia produtiva e racionalização institucional, o desenvolvimento, segundo o receituário, deveria dobrar a pertinência da pobreza. Medidas administrativas que iludem a essência política da regulação neoliberal e em que as organizações de controle, apesar das evidências, não assumem nenhuma responsabilidade (MONTENEGRO GÓMEZ; FAVARO, 2012, p. 46).

No Brasil, a política do DTR trabalha com um número determinado de municípios. Em geral, esses municípios possuem alto índice de ruralidade, um número significativo de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, entre outros (MONTENEGRO GÓMEZ; FAVARO, 2012).

Uma proposta de sistematização das políticas de desenvolvimento territorial foi realizada por Coca (2015). Para o autor, existem dois paradigmas vinculados aos debates, análises e projetos das políticas territoriais, os quais propõem diferentes

---

<sup>2</sup> As políticas públicas de Desenvolvimento Territorial Rural são pensadas com o intuito de reduzir a pobreza rural.

interpretações acerca da realidade: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA)<sup>3</sup>.

As políticas de desenvolvimento territorial são pensadas com o intuito de combater a pobreza do meio rural as suas intencionalidades divergem de acordo com os métodos utilizados para interpretação, ou seja, “[...] os paradigmas são formados pelas diferentes leituras acerca da realidade.” (COCA, 2015, p. 54)

Conforme aponta Coca (2015), especialmente no Brasil onde as análises das políticas de desenvolvimento territorial são realizadas através do PCA existe significativos prejuízos para a agricultura camponesa. No sentido de que ao utilizar este paradigma como forma de análise, não se pensa na agricultura camponesa como um pilar de desenvolvimento para o campo. Nesse sentido, o autor aponta:

as políticas públicas que são elaboradas tendo por referência o PCA não reconhecem os elementos estruturais das unidades de produção camponesa em sua particularidade, pois a tendência dessa leitura de mundo é a generalização das relações capitalistas. Pensa-se em políticas públicas que tenham por finalidade a reprodução ampliada dos lucros ou ações compensatórias, mas não se propõe a centralidade do trabalho familiar nos moldes da agricultura camponesa como uma via de desenvolvimento para o campo (COCA, 2015, p. 56).

Segundo Coca (2015), para os autores que trabalham com base na perspectiva do PCA, o desenvolvimento territorial seria uma política pública com intuito de reformular as políticas capitalistas para o campo. Para tanto, utiliza-se o fortalecimento do empreendedorismo como possibilidade de incrementar as relações capitalistas em áreas de menor potencialidade econômica. Nesse sentido, entende-se que “[...] o desenvolvimento de um território se dá pela exploração de suas potencialidades econômicas, sendo que não são consideradas as demais dimensões da realidade como a cultural, a política e ambiental” (COCA, 2015, p. 60-61).

Nessa perspectiva, os teóricos do PCA consideram o território somente como um espaço físico, um instrumento utilizado para aplicação das políticas públicas e de crescimento da economia. Nesse sentido, autor aponta que

---

<sup>3</sup> Os autores que trabalham com base na perspectiva do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) analisam a realidade por meio do método positivista. Partem de uma análise fragmentada da realidade e não trabalham na perspectiva do modo de produção capitalista. Já o Paradigma da Questão Agrária (PQA) surge de leituras e da visão de mundo que parte do método materialismo histórico-dialético onde a análise da realidade é feita em sua totalidade, a luta de classes e o conflito são elementos importantes para o desenvolvimento territorial. Nesse sentido, o autor aponta que “[...] os teóricos vinculados a esse paradigma consideram que o conflito não impede o desenvolvimento, pelo contrário, é condição para que ele seja gerado” (COCA, 2015, p. 65).

apesar de o território ser tratado como um espaço de gestão compartilhada e de manifestação de identidades comuns, o que prevalece é a lógica da individualidade, pois os agentes são incentivados a se inserir no mercado capitalista através do empreendedorismo e competir por melhores condições de comercialização dos seus produtos (COCA, 2015, p. 65).

Por outro lado, os autores que trabalham com base na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária realizam análises dos povos do campo ressaltando a existência das relações não capitalistas (como é o caso da agricultura camponesa) e propõem estratégias para emancipação social e desenvolvimento territorial através da luta de classes (COCA, 2015). Conforme aponta o autor, “[...] reconhece-se que o capitalismo é hegemônico, porém, aponta-se para um modelo de desenvolvimento que fortaleça relações que não são capitalistas, como as camponesas e indígenas” (COCA, 2015, p. 65).

Os teóricos do PQA realizam suas análises compreendendo como o agricultor camponês produz resistência e produz territorialidades tendo a conflitualidade<sup>4</sup> como parte integrante desse processo e, através dele, resultar em desenvolvimento. Ainda conforme Coca (2015) reconhece-se que o modo de produção capitalista é hegemônico, porém dentro dele se desenvolvem relações não capitalistas, como as existentes nos assentamentos rurais, onde o trabalho assalariado é substituído pelo trabalho de base familiar.

### **2.3 A AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Propostas de desenvolvimento territorial em assentamentos rurais devem, sempre, levar em consideração os sujeitos que produzem as suas vidas nesses espaços, ou seja, os agricultores camponeses. Diante disso, cabem breves considerações sobre esses sujeitos que são os principais responsáveis pela produção de alimentos no país.

Miralha (2006, p. 153) destaca que desde o período colonial, mesmo estando subordinada à grande propriedade, a produção familiar já ocupava um lugar de destaque, “[...] enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população”.

---

<sup>4</sup> “A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial” (FERNANDES, 2008, p. 283).

Atualmente a agricultura camponesa constitui-se como elemento fundamental e indispensável da agricultura mundial. Em relação à quantidade, os camponeses são a maioria da população agrícola do mundo e contribuem consideravelmente para a produção de alimentos, geração de emprego, sustentabilidade e para o desenvolvimento (PLOEG, 2009).

Ploeg (2009) traz à discussão o conceito de condição camponesa ao falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade. Nesse sentido aponta que “[...] a condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009, p. 18). E ainda, elenca as principais diferenças entre a agricultura camponesa e a agricultura empresarial nos seguintes termos,

agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada (PLOEG, 2009, p. 17).

Se opondo a agricultura camponesa, agricultura empresarial tem como principal característica a dependência do capital financeiro, favorecendo a economia em larga escala e o rápido, porém parcial aumento da produtividade. (PLOEG, 2009).

Alguns agricultores, nos termos de Oliveira (2001), passaram a manter uma nova relação com o mercado e a produzirem com base em novas relações de trabalho dando origem à classe capitalista. Nesse sentido, o autor aponta:

Vários fatores podem gerar a criação de novos capitalistas. Por exemplo, o setor tecnológico (máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, etc.). Para aumentar a produção de alimentos nas fazendas capitalistas, esse arsenal tecnológico entrou no mercado e está à disposição dos camponeses. Através do trabalho familiar eles podem aumentar sua produção, mesmo sem ampliar suas terras. Dessa forma, uma família camponesa pode estar produzindo muito além do necessário a sua sobrevivência e com isso acumulando. Esse dinheiro poderá ser destinado a aumentar suas terras e/ou contratar trabalhadores assalariados para trabalhar para ela (OLIVEIRA, 2001, p. 21).

Wanderley (2003) também analisa o lugar do campesinato em meio à modernização da agricultura e entende que um elemento importante encontra-se no fato

de que, no Brasil, este processo não está concluído, por conta de todos os problemas ocasionados pela estrutura agrária brasileira.

Portanto, alguns elementos acabam por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira. Conforme aponta a autora “[...] trata-se igualmente de um lugar subalterno e subordinado que submete o campesinato a um enorme esforço social para alcançar as condições mínimas de sua reprodução” (WANDERLEY, 2003, p. 56). Entretanto, um elemento importante desse sujeito do campo está em sua adaptação às condições modernas de produzir, o que de fato existe, são mudanças na forma de produzir, na vida dos agricultores e nas relações estabelecidas com o mercado.

O que também deve ser considerado em meio às mudanças do campo brasileiro e no mundo do campesinato é que existem elementos estruturantes que marcam a trajetória desses sujeitos. Oliveira (2001) destaca que os principais elementos da produção camponesa são: a predominância da força de trabalho familiar, a parceria como relação de trabalho, a ajuda mútua, a socialização do camponês, a propriedade da terra e dos meios de produção e a flexibilidade da jornada de trabalho.

Nesse sentido, o autor destaca que o trabalho realizado por todos os membros da mesma família é uma das principais características presentes na produção camponesa. Entretanto, quando os membros das famílias não conseguem suprir com todo o trabalho que deve ser realizado nas propriedades, ele pode ser complementado através da ajuda mútua entre os camponeses. Para o autor,

[...] Essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas; a mais comum é o mutirão, mas pode aparecer também como troca de dias de trabalho entre os camponeses. A ajuda mútua é a solução encontrada pelos camponeses para completar o trabalho que a família não conseguiu realizar pois, em geral, seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

Sobre a propriedade da terra, o autor ressalta as diferenças entre o sistema camponês e aquele da propriedade capitalista:

[...] a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho. É portanto, propriedade do trabalhador, não é fundamentalmente instrumento de exploração (OLIVEIRA, 2001, p. 61).

Esses elementos são fundamentais para a elaboração de propostas ou ações de desenvolvimento territorial em assentamentos rurais que tomam como base a agroecologia, como será tratado mais adiante.

### 3 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

No Brasil, a agroecologia começa a ter destaque a partir de meados da década de 1980 diante da necessidade de pensar outros tipos de agricultura, em meio às discussões sobre produção alternativa e também como um movimento de resistência à agricultura convencional. A partir de iniciativas de agricultores e técnicos que se posicionam em defesa desse movimento é que começam a ser implementadas experiências efetivas de ecologização dos sistemas de produção (CAPORAL e PETERSON, 2012).

A agroecologia surge, assim, como contraponto ao modelo disseminado pela Revolução Verde, sobre a qual recai a responsabilidade pelo aumento de uma série de problemas ambientais, como a excessiva perda de biodiversidade e também problemas relacionados à saúde humana.

No Brasil, a agroecologia mantém um vínculo muito expressivo com a agricultura camponesa, na medida em que propõe repensar o desenvolvimento rural dentro de uma perspectiva sustentável. O objetivo é fortalecer a agricultura camponesa e criar estratégias para o desenvolvimento rural (CAPORAL e PETERSON, 2012).

Nesse sentido, os autores citam que “[...] o movimento agroecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico de disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar (com e sem-terra).” (CAPORAL e PETERSON, 2012, p. 66).

Para Altieri (1987 *apud* ALTIERI, 2004, p. 21) “[...] a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”.

Ainda existe grande dificuldade por parte da academia para conceituar agroecologia; por se tratar de uma ciência em construção, grandes confusões estão atreladas ao termo. Nesse sentido, é importante compreender que se trata de uma ciência ou um novo paradigma em construção, que tem por objetivo orientar estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis e de transição para estilos de agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL e COSTABEBER, 2009). Portanto, o conceito de transição é fundamental na medida em que não se trata apenas da

substituição de insumos ou a diminuição do uso de agrotóxicos, mas de um processo capaz de implementar mudanças multilíneas e graduais nas formas de manejo dos agroecossistemas. Isto é, buscar a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e sócio-ambientalmente inadequado [...] (ou outras formas de agricultura sócio-ambientalmente insustentáveis), por formas mais modernas de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (CAPORAL e COSTABEBER, 2009, p. 25-26)

É comum confundir a ciência agroecológica com um modelo ou uma maneira de praticar agricultura que apenas utilize práticas agrícolas ecológicas. Por exemplo, uma agricultura sem agrotóxicos ou mesmo que substitua insumos químicos por orgânicos, sem levar em consideração outros aspectos que englobam um agroecossistema sustentável, como os econômicos e sociais.

Ainda, segundo Altieri “[...] Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos.” (ALTIERI, 2004, p. 23).

Nesse sentido, o autor enfatiza a importância e o papel preponderante dos camponeses no manuseio das práticas e princípios agroecológicos. Os camponeses tornam-se os principais atores desse processo tendo em vista que possuem conhecimento e compreensão sobre a biodiversidade agrícola.

Nesse mesmo sentido, Caporal e Costabeber (2009) apontam que a agroecologia busca integrar os conhecimentos adquiridos pela prática dos agricultores com os conhecimentos das várias ciências para estabelecer uma análise crítica do atual modelo de desenvolvimento e, posteriormente, estabelecer novas estratégias para o desenvolvimento rural e maneiras de fazer a agricultura mais sustentável.

Altieri (2004) ressalta que para que a agricultura seja considerada sustentável é necessário que ela seja vista como um ecossistema onde as práticas agrícolas não se preocupam com os altos níveis de produtividade de uma cultura específica, mas com a manutenção da produtividade e o agroecossistema como um todo. O autor destaca que “[...] os princípios básicos de um agroecossistema sustentável são a conservação dos recursos renováveis, a adaptação dos cultivos ao ambiente e a manutenção de um nível moderado, porém sustentável, de produtividade” (ALTIERI, 1987 *apud* ALTIERI, 2004, p. 65).

No Brasil, a agroecologia possui um vínculo muito expressivo com a agricultura camponesa, pois assim como a agroecologia, a agricultura camponesa é resiliente às

adversidades. Além disso, a importância dos camponeses para a agroecologia é fundamental, pois são eles que produzem a maior parte dos alimentos que chegam na mesa dos/as brasileiros/as. Ainda de acordo com Altieri

[...] os sistemas de produção fundados em princípios agroecológicos são biodiversos, resilientes, eficientes do ponto de vista energético, socialmente justos e constituem os pilares de uma estratégia energética e produtiva fortemente vinculada a noção de soberania alimentar (ALTIERI, 2012, p. 15).

Nos últimos anos, o território Cantuquiriguaçu tem ganhado significativo destaque em relação à produção agroecológica, ainda que esteja em processo de transição, visto que uma parcela significativa de produtores ainda não aderiram à esse sistema.

No entanto, Christoffoli e Santos (2014) apontam que uma importante contribuição em busca de alterar este cenário inicia-se em 2004 através da ampla movimentação entre várias entidades que se unem para compor a Rede de Agroecologia do Território Cantuquiriguaçu. Todo o engajamento e as discussões em favor da agroecologia no Território contribuíram para que, em 2010, o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa vinculado à Rede Ecovida seja formado.

O Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa é composto por “[...] quarenta grupos, em doze municípios do território e aproximadamente 450 famílias envolvidas na transição agroecológica, tanto para o programa do Leite Agroecológico, como para a produção de frutas e hortaliças, verduras, açúcar mascavo, mel e derivados (CHRISTOFFOLI e SANTOS, 2014, p.14). O Núcleo trabalha através do sistema de certificação participativa que permite ao agricultor a inserção em um processo mais amplo com o mercado, gerando mais autonomia.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU

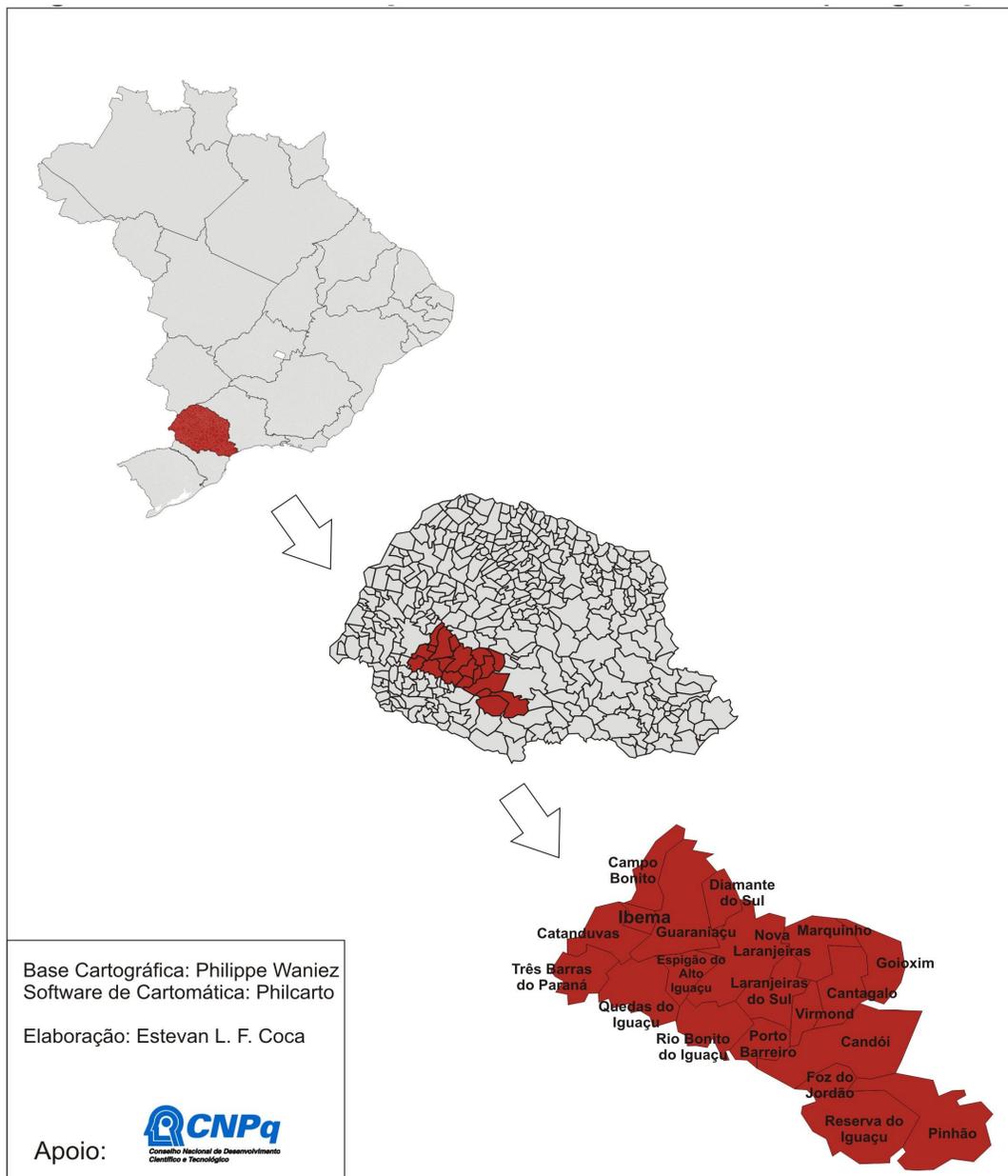
Segundo dados do IPARDES (2007) o território Cantuquiriguaçu é formado por 20 municípios<sup>5</sup> e possui população total de 233.973 pessoas, representando 2,3% da população do estado do Paraná.

---

<sup>5</sup> Os municípios que compõem o território são: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

O nome “Cantuquiriguaçu” é uma referência aos rios Piquiri, Iguaçu e Cantu que delimitam o território. O território, também se destaca pelo número de usinas hidrelétricas, totalizando sete usinas, entre as quais Salto Santiago, Salto Osório e Governador Ney Braga. Uma característica marcante do Território é a expressiva diversidade de atores sociais que o compõem, resultado do processo de formação histórica do mesmo, dentre os quais destacam-se camponeses ou agricultores familiares com terra e sem-terra, indígenas e atingidos por barragens (CONDETEC, 2009).

Figura 1 - Localização do Território Cantuquiriguaçu



Fonte: COCA, 2010, p.7.

Segundo, Coca e Fernandes (2010), a ruralidade é uma das características presente no Território Cantuquirigaçu, sendo que dos municípios que o compõem, o que possui maior população é Laranjeiras do Sul, com pouco mais de 30 mil habitantes e o que possui menor população é Diamante do Sul, com pouco mais de três mil habitantes. O território também se destaca pelo expressivo número de assentamentos rurais como resultado da efetiva mobilização pelo acesso a terra na região e a presença do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Coca e Fernandes (2010) apontam que 14 municípios do território possuem assentamentos rurais (totalizando 49 assentamentos), ou seja, 70% dos municípios possuem parte de sua área destinada para a reforma agrária.

O município de Rio Bonito do Iguazu se destaca em relação aos demais, uma vez que apresenta os maiores percentuais, tanto em área de assentamento (43,4%), como em número de famílias assentadas (48,7% do total do território) (IPARDES, 2007). Esta é considerada a maior área conquistada através da reforma agrária do país. Coca e Fernandes (2010, p.08) destacam a importância da conquista dos assentamentos pelos camponeses.

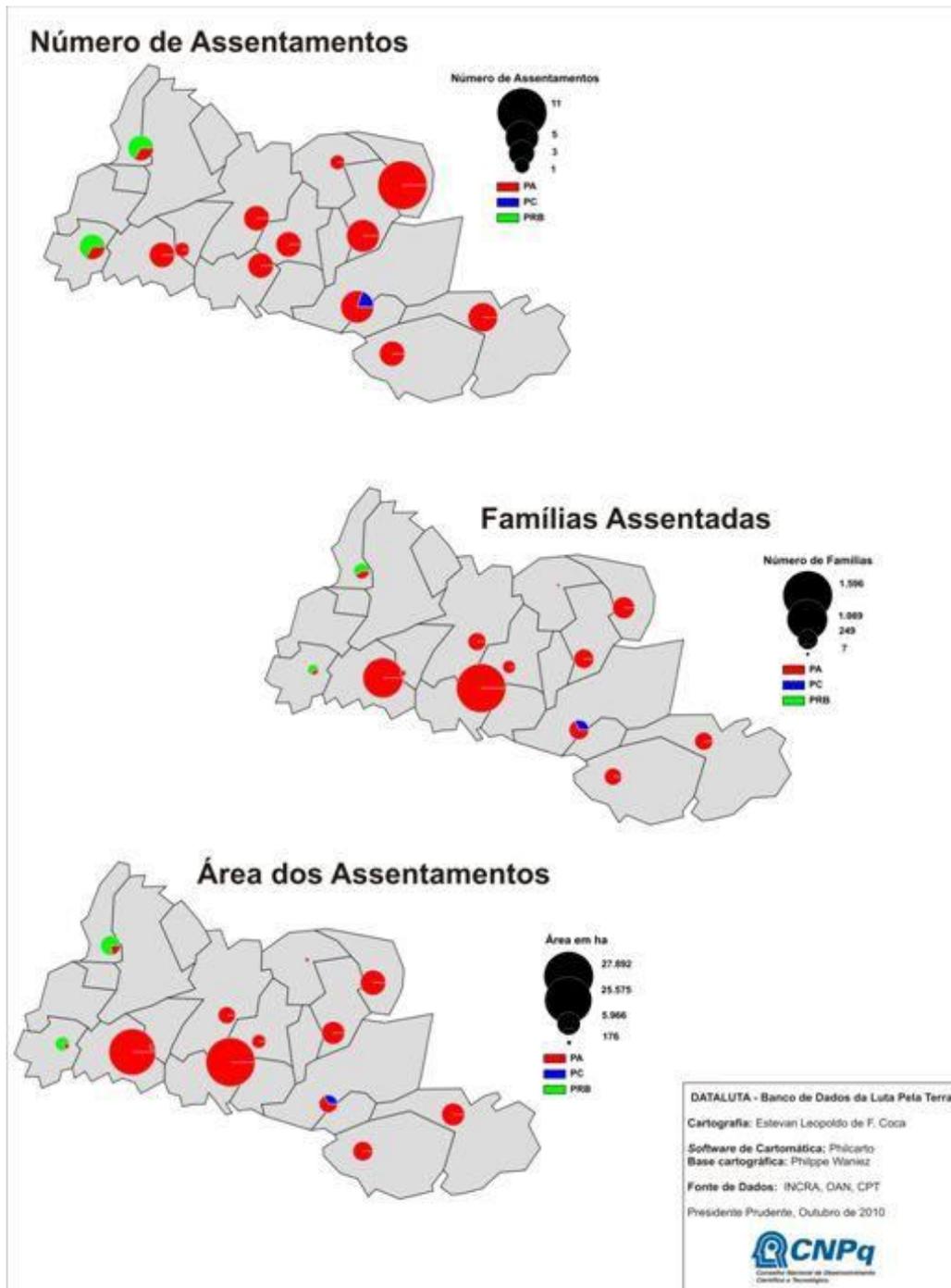
A conquista do assentamento rural faz parte de um processo de disputa territorial que garante a reprodução do modo de vida camponês, permitindo o acesso à terra a trabalhadores que anseiam não se sujeitar ao modo capitalista de produção. Por isso, o assentamento não é simplesmente a concessão de um pedaço de terra a camponeses com pouca ou sem terra, e sim um território onde se desenvolvem relações de vida e produção diferentes das do capital (COCA; FERNANDES, 2010, p.8)

Uma importante característica dos assentamentos que contribuem para o fortalecimento do território encontra-se na prática desenvolvida através da valorização da agricultura em pequena escala e do trabalho de base familiar.

No Brasil, segundo Coca (2013), existem 20 tipos de assentamentos rurais cujas características variam de acordo com a identidade dos camponeses, sendo que nem todos os tipos são implantados atualmente. Em alguns lugares são desenvolvidos nos assentamentos atividade extrativistas, e por isso necessitam de maiores porções de terra. Existem também os que foram construídos como forma de reconhecimento dos territórios de comunidades tradicionais, e os assentamentos que são implantados de forma compensatória, destinado às famílias prejudicadas pela construção de grandes obras, como as barragens.

No Território Cantuquiriguaçu existem três tipos de assentamentos (Figura 1): Projeto de Colonização Oficial (PC), Projeto de Assentamento Federal (PA) e Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB).

Figura 2 - Tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu (1984-2009)



Fonte: (COCA, 2013, p. 382)

No Território Cantuquiriguaçu existe um assentamento do tipo PC, chama-se Ilhéus e está localizado no município de Candói. De acordo com Coca (2013, p. 383) ele foi “implantado no ano de 1984, sendo composto por famílias que viviam nas margens do rio Paraná, no município de Guaíra (divisa entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul) e que foram expropriadas devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu”.

O tipo de assentamento PA é considerado o “[...] mais implantado no Brasil, também é o que possui maior número no Território Cantuquiriguaçu, representando 87% dos assentamentos, 95% das famílias assentadas e 91% da área destinada aos assentamentos” (COCA, 2013, p. 388). No Território Cantuquiriguaçu existem 03 assentamentos desse tipo, sendo eles o assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, e o assentamento Celso Furtado, localizado no município de Quedas do Iguaçu.

Já os assentamentos PRB foram construídos para compensar os danos causados pelas construções de obras, como é o caso das usinas hidrelétricas. Nesse caso, não somente agricultores que foram prejudicados, mas também, proprietários de terras, assalariados, arrendatários entre outros (COCA, 2013).

Nos últimos anos iniciativas voltadas para o fortalecimento da Agroecologia e o desenvolvimento territorial têm se tornado mais efetivas na Cantuquiriguaçu. Essas iniciativas partem de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com o apoio de instituições como o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO) e a Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul.

No entanto, ainda não ocorre uma adesão significativa por parte da maioria dos agricultores para a produção agroecológica, um exemplo está no assentamento Ireno Alves dos Santos, onde “[...] mesmo com inúmeras atividades organizadas nesse sentido não existe uma efetividade de transição ecológica da produção, visto que menos de 10% as 934 famílias têm sua produção em processo de conversão” (CEAGRO, 2011 *apud* CHRISTOFFOLI; SANTOS, 2014).

No caso do município de Nova Laranjeiras existem 03 assentamentos rurais, com área de 3.437,12 ha e um total de 220 famílias assentadas (IPARDES, 2007). Neste município estão localizados três assentamentos do tipo Projeto de Assentamento

Federal: Terceira Conquista da União, Recanto Estrela - 19 de Outubro e Terra Livre. Estes últimos são nosso objeto de estudo e serão abordados com mais detalhes a seguir.

### 3.2 A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS “19 DE OUTUBRO” E “TERRA LIVRE”

Para compreendermos o processo de formação dos assentamentos Terra Livre e 19 de Outubro recorreremos às informações fornecidas através dos dados coletados a campo, já que não existem textos publicados sobre o tema.

O entrevistado JS<sup>6</sup> reside no assentamento 19 de Outubro há aproximadamente trinta anos e relata um pouco de como foi o processo de ocupação, a fase do acampamento e a transformação em assentamento no ano de 1995. Segundo ele, “em 1988 viemos para a atual área em que estamos, ficamos sete anos acampados em cima da mesma e depois de todo este tempo fomos assentados em 1995” (ENTREVISTADO JS, 2017).

Conforme relatado, durante o processo de formação dos assentamentos Terra Livre e 19 de Outubro, não havendo confronto entre o proprietário da terra e os ocupantes. Quando os atuais moradores chegaram para formar o acampamento a terra já pertencia à União. Ao ser questionado sobre a relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na constituição do acampamento, o entrevistado JS (2017) afirma que:

Na fase de acampamento nós tínhamos o apoio do MST, mas depois de assentados não tivemos mais. O assentamento aqui foi uma área liberada pelo Incra, nós não ocupamos já, viemos em cima porque o Incra mandou, a terra já era da União. ( ENTREVISTADO JS, 2017)

Nenhum dos entrevistados relata com precisão o ano da ocupação, pois não participaram desse processo desde o início. Quando chegaram, já existia um número de

---

<sup>6</sup> O entrevistado JS relata um pouco de sua história enquanto sujeito sem terra. Foi acampado em junho de 1983 em São Francisco, no município Chopinzinho, um dos primeiros acampamentos no estado do Paraná, onde permaneceu por cerca de oito meses. Após esse período foi para o assentamento Xagú, onde ficou por mais de um ano, em seguida o assentamento foi criado. Porém, ficou de fora pelo excesso de famílias, por ser solteiro, não conseguiu a terra. Em seguida foi para Medianeira/PR, ocupou várias fazendas, em um ano e meio, mais de cinco fazendas foram ocupadas. Como não obteve êxito voltou para beira da rodovia onde permaneceu até ocuparem a fazenda Bom Pastor, onde esteve por oito dias até serem despejados. Neste período construíram, juntamente com os companheiros, o Centro Laranjeirense de Associações Rurais (CELAR), em seguida ocuparam a Fazenda Cavaco localizada em Cantagalo-PR onde permaneceram por mais um ano.

famílias aguardando a distribuição da terra. Conforme relatam, ao chegarem à área, não foi necessário construir barracos de lona, já construíram casas simples de alvenaria, e permaneceram trabalhando até ocorrer a divisão dos lotes.

Conforme o relato, após assentados, foram outras promessas não cumpridas. Começaram a trabalhar com muita dificuldade, pois os recursos liberados não eram suficientes para atender todas as necessidades, como, por exemplo, a adequação do solo aos cultivos agrícolas. Permaneceram no assentamento sem o auxílio do estado trabalhando apenas para o autoconsumo. O Entrevistado JS (2017) acrescenta que “[...] todo este tempo foi com muita luta, sacrifício e miséria, todo tipo de humilhações e preconceito, naquele tempo toda sociedade ou classe em oposição julgavam o Movimento Sem Terra de ladrão e baderneiro”.

Todos os três entrevistados do assentamento Terra Livre vieram de outro acampamento do Território Cantuquiriguaçu chamado Fazenda Vagner, no município de Cantagalo, para trabalhar de forma cooperativa no atual assentamento.

Sobre esse processo de formação inicial dos assentamentos, um entrevistado relata

[...] nós acampamos em 1991 em Cantagalo, na Fazenda Vagner, que tinha lá, daí quando tava quase saindo a terra nós desistimos pra vim pra cá formar uma cooperativa aqui em Nova Laranjeiras. A Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre, uma parte do pessoal já tava em cima do lote daí nós viemos pra cá e acampamos (ENTREVISTADO RM, 2017).

Os entrevistados relataram que desistiram do assentamento em que estavam no município de Cantagalo para trabalhar de forma cooperativa no atual assentamento. Nesse período, não se trabalhava com produção orgânica certificada, no entanto, como as verduras eram produzidas em estufas inicia-se o primeiro contato com a produção ecológica dentro dos assentamentos.

Outra iniciativa de produção agroecológica nos assentamentos foi realizada por meio da atuação dos técnicos da antiga Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná (COAGRI), do INCRA e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que já tinham conhecimento na área da agroecologia e começaram a incentivar os agricultores vinculados a então Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Terra Livre (COOPCAL) a produzir nesse sistema de produção. Sobre a formação da cooperativa, Christoffoli (2000) afirma:

A compra da área pelo Incra foi direcionada com vistas à criação de uma cooperativa coletiva a partir de solicitação do MST regional. A área havia sido ocupada por 40 famílias de agricultores sem terra desde o ano de 1988. No início de 1995 um novo grupo de famílias que já atuava em forma de grupo coletivo é incorporado à ocupação. A cooperativa somente foi constituída em 1997. (CHRISTOFFOLI, 2000, p. 36)

Porém, o trabalho na área coletiva realizado na cooperativa COOPCAL não permaneceu por muito tempo por problemas financeiros e porque havia pouca rentabilidade nos produtos. Situação que acabou contribuindo para o fechamento da cooperativa. Sobre esse fato, o entrevistado relata:

às vezes nós chegávamos a jogar um monte de produto fora. As verduras eram tudo orgânica, só que na época não tinha selo. Nós dizíamos orgânico, mas não provava nada. Nós sempre cuidávamos, não usava veneno, nada, mas não tinha selo e também não pegava preço de orgânico. (ENTREVISTADO RM, 2017).

Em 1995 as terras foram divididas e distribuídas pela União, formando-se dois assentamentos: O Assentamento 19 de Outubro (também conhecido como “Estrela”) e o assentamento Terra Livre. O primeiro assentamento a ser regularizado foi o assentamento 19 de Outubro. Os entrevistados não relatam com exatidão o tempo em que permaneceram acampados, acreditam que aproximadamente uns sete ou oito anos até as terras serem regularizadas.

Os assentamentos citados se localizam a cerca de 10 km da sede do município de Nova Laranjeiras. Atualmente, o assentamento 19 de Outubro é composto por 26 famílias oriundas de vários lugares, como Dois Vizinhos, São João, Quedas do Iguaçu, Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul. O assentamento Terra Livre é composto por quinze famílias assentadas, oriundas dos municípios de Turvo, Cantagalo, Palmital, Marquinho e Laranjeiras do Sul. Nesse último assentamento ainda existem mais quatro famílias “acampadas” que aguardam a conquista definitiva da terra.

No próximo capítulo apresentamos, por meio dos dados coletados a campo, como se organizam os produtores que trabalham com a produção agroecológica, bem como as mudanças ocorridas nos assentamentos e os desafios enfrentados no trabalho com a agroecologia.

#### **4 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS “19 DE OUTUBRO” E “TERRA LIVRE”**

Este capítulo visa apresentar e discutir os dados coletados durante a pesquisa de campo, bem como, caracterizar como a agroecologia se constituiu enquanto modo de vida dos assentados e sua contribuição para o desenvolvimento territorial dos assentamentos 19 de Outubro e Terra Livre.

Apresentamos como a agroecologia se configura nos dois assentamentos, sabendo que as práticas agroecológicas se constituem enquanto alternativas que visam promover renda, minimizar os problemas ambientais e promover a alimentação de qualidade para as famílias e os consumidores secundários, ou seja, é uma prática local com resultado que ultrapassa os limites da unidade produtiva.

Conforme citado, atualmente o assentamento 19 de Outubro é composto por 26 famílias, no entanto, somente uma delas trabalha com produção agroecológica. A produção é certificada. Questionado sobre o baixo número de famílias que participa do “grupo da agroecologia”, como se autodenominam, o entrevistado JS (2017) afirma que a maior parte das pessoas que vive no assentamento está em idade avançada e já não trabalha com agricultura. Segundo ele,

aqui tem uma turma que tira leite, o resto arrenda as terras para os granjeiros encher de soja. Acho que é o que mais estraga aqui na agroecologia. Por isso pensei, não vou encher de soja, nem que vire capoeira, já fui intoxicado com o veneno daí dar a minha terra pra encher de veneno nas águas também? Aqui a maioria das famílias já é de velhos, aposentados e daí como o governo não incentiva pros jovens ficar. (ENTREVISTADO JS, 2017).

No caso do assentamento Terra Livre das quinze famílias existentes, somente três trabalham com a produção agroecológica certificada pela Rede Ecovida por meio do Sistema Participativo de Garantia (SGP)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O Sistema Participativo de Garantia (SGP) é um processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção. Este processo resulta de uma dinâmica social que surge a partir da integração entre os envolvidos com a produção, consumo e divulgação dos produtos a serem certificados. Na Rede Ecovida de Agroecologia, o SGP ocorre em torno do Produto Orgânico e a credibilidade é gerada a partir da seriedade conferida à palavra da família agricultora (ECOVIDA, 2017).

#### 4.1 A PRÁTICA AGROECOLÓGICA NOS ASSENTAMENTOS

Os principais produtos agroecológicos cultivados pelos agricultores nos assentamentos de estudo são: frutas, verduras, legumes e grãos, como arroz, feijão e milho.

Percebemos algumas características específicas dos camponeses em relação a terra, que os difere do modo capitalista de produção. Nesse sentido, se destacam alguns pontos característicos em relação à adoção da produção agroecológica como um modo de vida.

O interesse pela agroecologia surge, em parte, pela percepção dos aspectos negativos relacionados à saúde causados pelo tipo de agricultura baseada no uso de agrotóxicos. Ao questionarmos sobre o desejo de produzir apenas em sistema agroecológico, os entrevistados assim se manifestam: “eu gostaria de produzir por causa das doenças que o veneno tá causando nas pessoas que comem. Hoje em dia tem muito câncer, criança morrendo de câncer.” (ENTREVISTADO NF, 2017), e ainda, “eu não vou voltar a produzir no convencional, porque como já disse, eu já fiquei doente, até hoje tenho problema, acredito que seja por causa disso” (ENTREVISTADO RM, 2017). E ainda:

*[é por causa da]* necessidade de saúde, tem muito agrotóxicos na lavoura. A gente depende de um produto mais saudável e se importa, o do mercado tem muito veneno, muito agrotóxico nos produtos. Ainda dependemos de mercado, porque tem coisa que não consegue produzir: o sal, o açúcar, o trigo, nós não produzimos. Mas a maioria, o feijão o arroz é tudo crioulo, produzido na propriedade (ENTREVISTADO ES, 2017).

Outro traço camponês é a união e o trabalho em equipe do grupo dos produtores. Uma vez por semana acontece o dia do mutirão, é um dia dedicado para a ajuda mútua entre os membros do grupo onde são compartilhados experiências e conhecimentos com os outros agricultores, sempre alternando as propriedades.

No dia do mutirão os agricultores participam de atividades no campo, como no plantio, colheita, atividades como limpar as hortas, na fabricação de insumos (caldas), usadas para combater os insetos nos cultivos. As caldas são produzidas com produtos caseiros como arruda, pimenta e álcool que após serem misturados no liquidificador são esborrifadas sobre as verduras.

Ao ser questionado sobre a importância desses momentos para o fortalecimento do grupo, o Entrevistado ES (2017) afirma que “[...] quem aprende alguma coisa nova

passa pro outro. Toda semana em uma propriedade, você faz uma experiência, conta pro outro, o outro vai lá e faz. Nesse dia nós também nos ajudamos no plantio, na colheita, é assim, um dia de campo”.

Esses elementos mostram a permanência do campesinato, que entre as suas características apresenta a predominância da força de trabalho familiar e a ajuda mútua, conforme aponta Oliveira (2001).

Segundo relata o Entrevistado JS (2017) há aproximadamente doze anos, por iniciativa própria, decidiu abandonar a agricultura convencional e começar a trabalhar com alternativas ecológicas. Ao questionarmos sobre os motivos que o levaram a esta decisão, afirma: dívidas, pouco incentivo ao produtor rural assentado e uma intoxicação pelo uso de agrotóxicos.

Apesar das dificuldades e sem conhecimento técnico sobre como trabalhar com a produção agroecológica, utilizou-se da sua experiência com a agricultura e partiu de medidas simples, como controlar algumas doenças que atacam os cultivos, a substituição de insumos químicos (sintéticos) por adubo orgânico e a rotação das culturas.

Para Altieri (2012) medidas simples como estas compõem os princípios básicos da agroecologia, que proporcionam

a reciclagem de nutrientes e energia; a substituição de insumos externos; a melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo; a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com a pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie. (ALTIERI, 2012, p. 16)

O entrevistado JS (2017), que já trabalha com agricultura há aproximadamente 40 anos, relata que grande parte desse período foi destinado à produção convencional, nos cultivos de milho, feijão e soja. Segundo ele, após ficar endividado e ter problemas de saúde, decidiu “virar produtor agroecológico por conta”. Nas suas palavras,

Em todo este tempo que plantávamos era tudo com agrotóxicos, até que resolvi não jogar tanto veneno no solo e plantar só para comer. Usar o quanto menos que posso de defensivo na terra e nos animais. A agroecologia foi assim, eu já comecei há uns 12 anos depois que comecei a só *ter prejuízo* de trabalhar com o convencional, porque não sobra nada. Então decidi parar por conta. (ENTREVISTADO JS, 2017).

Atualmente, em sua propriedade são 25 hectares destinados para a produção agroecológica. O espaço está dividido para o plantio de milho, feijão, arroz, mandioca,

frutas, hortaliças; potreiro para criação de gado e área de preservação permanente, além das nascentes, córrego e rio.

Além dos alimentos que são comercializados na feira local, o produtor tem como principal fonte de renda a apicultura orgânica (Figura 01). Sobre a importância da produção do mel, ele diz que “na feira tem dias que não dá quase nada, eu tenho as abelhas e produzo o mel, são elas que me sustentam” (ENTREVISTADO JS, 2017). Segundo ele, as coisas agora estão mais difíceis, quem continua trabalhando com agroecologia é por “amor à camisa” e por ser consciente dos benefícios de consumir alimentos sem agrotóxicos.

A figura 3 apresenta uma área com algumas árvores frutíferas, resultado de um projeto desenvolvido pelo Ceagro e a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>8</sup> em uma das propriedades

Figura 3 - Plantação árvores frutíferas no assentamento 19 de Outubro



Fonte: da autora, 2017.

---

<sup>8</sup> A Rede Ecovida de Agroecologia é baseada na organização das famílias produtoras em grupos informais, associação ou cooperativas. A articulação destas organizações com associações ou cooperativas, ONGs e outras instituições formam um Núcleo Regional. A soma dos diferentes núcleos nos estados do RS, PR e SC, formam a Rede Ecovida de Agroecologia. (ECOVIDA, 2017)

Figura 4 - Produção de mel orgânico no assentamento 19 de Outubro



Fonte: da autora, 2017.

Figura 5 - Produtos colhidos para comercialização na feira do município e plantação de repolho.



Fonte: da autora, 2017.

#### 4.2 A IMPORTÂNCIA DA FEIRA ORGÂNICA PARA GERAÇÃO DE RENDA

Atualmente, todo o excedente do que é produzido nas propriedades dos entrevistados é comercializado na feira local do município de Nova Laranjeiras, este é o principal meio de comercialização. Todo esse engajamento também contribui para que consumidores secundários sejam envolvidos e beneficiados por esse processo tão amplo que ultrapassa questões econômicas.

Conforme aponta Coca (2013) essa é uma das características da territorialidade camponesa presente nos assentamentos onde predomina o trabalho de base familiar, onde os produtos que são gerados nos lotes são para o consumo e somente o excedente é comercializado.

O grupo, com produção agroecológica certificada, está formado há aproximadamente dois anos, e surgiu a partir de um convite dos representantes da Rede Ecovida de Agroecologia com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas.

Na feira local, os produtores agroecológicos comercializam frutas, verduras, grãos e mel (Figuras 6 e 7). Todos os produtos recebem o selo de certificação de produção orgânica através do Sistema Participativo de Garantia (SGP), que é o sistema da Rede Ecovida de Agroecologia.

Um dos desafios relacionados à comercialização está no pouco comércio que se tem no município. Um dos motivos seria o preço dos alimentos orgânicos, por serem considerados caros por parte dos consumidores. Os produtores relatam que colocam 30% sobre os produtos em comparação aos convencionais.

a dificuldade maior é pra comercializar porque o povo não tem muito conhecimento aqui na cidade. Daí fora nós não vendemos ainda, o povo não reconhece muito a importância do produto. Daí eles acham que é caro, porque ponha um precinho ali, mas não é caro por que é orgânico. [...] O povo quer coisa mais barata, daí não se preocupa com a saúde. Nós colocamos 30% a mais, mas o pessoal ainda acha muito caro porque não tem o conhecimento que o trabalho pra produzir orgânico é muito maior, tudo manual. (ENTREVISTADO ES, 2017)

Outra questão que se evidencia é que ainda não existem hábitos de compra e consumo de alimentos orgânicos por parte da maioria da população urbana da cidade de Nova Laranjeiras, tendo em vista que os produtos orgânicos são adquiridos em maior parte por indivíduos com renda mais alta. Sobre essa questão um entrevistado relata:

Aqui na feira vende pouco, as pessoas acham nossos produtos caro. Nós não temos um lugar nosso pra fazer a feira, veja estamos aqui nesse lugar emprestado na prefeitura, aqui acima tem três mercado. Tem um dia da semana que a cenoura, a batata tá, às vezes, um real. Aqui quem compra mais de nós são os professores, os médicos, gente assim mais estudada (ENTREVISTADO NF, 2017).

Figura 6 - Produtores agroecológicos na feira - Nova Laranjeiras



Fonte: da autora, 2017.

Figura 7 - Produtos agroecológicos certificados comercializados na feira da cidade de Nova Laranjeiras.



Fonte: da autora, 2017.

#### 4.3 OS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Percebemos que são muitos os desafios que os produtores agroecológicos enfrentam. Um deles está relacionado às dívidas existentes, o que dificulta o acesso a financiamentos (políticas públicas) para que possam investir nas propriedades. Portanto, sem um contingente de recursos suficiente, o produtor tem menos liberdade e autonomia para organizar e consolidar a produção agroecológica.

Nesse sentido, retomando a contribuição de Souza (1996), para se alcançar a plena autonomia faz-se necessário colocar em debate o desenvolvimento, não somente o econômico, mas o que busca a transformação social na direção de uma justiça social.

Portanto, este se configura como um dos principais entraves para alcançar a plena autonomia e a consolidação da agroecologia nos casos de estudo. Tendo em vista que, dos quatro produtores que compõem o grupo, somente um dos entrevistados mencionou ter acesso a uma importante política pública, o Pronaf Custeio, que consiste em um crédito destinado ao produtor de base familiar utilizado para custear as despesas da produção agrícola e pecuária, o produtor pode investir em sementes, fertilizantes, vacinas, entre outros itens necessários para a produção.

Outra importante política pública local é o pacote agrícola da prefeitura do município de Nova Laranjeiras, esta, destinada aos pequenos produtores que trabalham em regime de economia familiar e tem o objetivo fomentar a agricultura local e incentivar os trabalhadores rurais que necessitam de apoio financeiro,

Os entrevistados relatam a importância em acessar esse tipo de recurso para investir nas propriedades e nas produções. Segundo eles, sem acesso a financiamentos há mais dificuldade em comprar insumos e os demais produtos necessários para a produção e manejo dos cultivos. Segundo um dos entrevistados, “nós aqui, a maioria tá endividado, e não tem incentivo do governo pra nós produzir e entregar nossos produtos. Nós precisávamos de mais apoio do prefeito e dos vereadores para divulgar a feira, pra falar que nossos produtos não tem veneno” (ENTREVISTADO NF, 2017).

Para fortalecimento da agroecologia, os entrevistados citam a falta de assistência dos órgãos públicos, municipal e estadual. E também a falta de maquinário, pois, o grupo não tem máquinas disponíveis para a produção, sendo necessário emprestar de terceiros. “[...] Não tem nenhuma verba disponível pra incentivar o agricultor. Tinha que ter um dinheiro pra ajudar nós com maquinário, [...] e para o grupo Terra Livre, o primeiro do município” (ENTREVISTADO ES, 2017).

Uma importante contribuição para a efetiva consolidação da agroecologia nos assentamentos parte da Rede Ecovida de Agroecologia, através do auxílio dos técnicos e agrônomos do Ceagro. Segundo os entrevistados, a assessoria técnica é realizada mensalmente ou sempre que solicitado pelos produtores. Este apoio é de extrema importância, porque além de estreitar a relação com os produtores, durante a assessoria técnica e no dia de campo, muitas dúvidas são sanadas. Conforme a fala de um dos entrevistados “[...] todo mês eles vêm e explicam a necessidade que nós temos, às

vezes né, uma doença de uma planta, a necessidade da terra, então eles vem e explicam . E também trabalham com nós no dia de campo.” (ENTREVISTADO ES, 2017).

Os produtores também são informados sobre cursos e palestras sobre a produção agroecológica ou outros tema relacionados. Este ano, os produtores participaram de cursos sobre a produção de hortaliças no Assentamento Terra Livre, também fizeram visitas e tiveram palestras no assentamento Recanto da Natureza. Além das palestras realizadas no Ceagro e na UFFS.

Outra dificuldade identificada na pesquisa está relacionada à falta de mão de obra. O grupo dos produtores agroecológicos é composto por poucos membros, totalizando, são apenas quatro produtores. Aliado ao fato das famílias serem formadas por poucas pessoas o que acaba dificultando o aumento da produção local.

A família do entrevistado JS é composta por ele, sua esposa e um filho, estudante universitário; a família do entrevistado NF é composta apenas por ele e a esposa, os dois filhos do casal residem em outro Estado; a família do entrevistado RM é composta por ele, esposa e dois filhos (estudantes do ensino fundamental e ensino médio); já a família do entrevistado ES é composta apenas por ele, seu pai e um irmão.

Outra consequência relacionada ao baixo número de pessoas das famílias se reflete na organização dos cultivos que atualmente são desenvolvidos nos assentamentos de estudo. Segundo as falas dos entrevistados, grande parcela das famílias arrenda a terra para terceiros utilizarem no plantio de soja. Ressalta-se que essas pessoas continuam residindo nos assentamentos, porém não trabalham mais diretamente com a agricultura.

No entanto, apesar de todas as dificuldades elencadas em relação à produção, ao comércio e a falta de apoio governamental ainda é unanimidade a escolha dos produtores em produzir apenas em sistema agroecológico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos durante todo o trabalho a estreita correlação entre a agricultura camponesa e ciência agroecológica enquanto sistema de produção. Esses pontos em comuns são representados de várias maneiras durante as falas dos entrevistados. Portanto, os produtores não trabalham de maneira dissociada, mas buscam através da parceria e da ajuda mútua a consolidação da agroecologia.

No entanto, existe um embate ideológico entre o sistema capitalista, por meio da agricultura empresarial, que atua no sentido de manter-se hegemônica, posicionando-se contrária aos princípios da agricultura camponesa e agroecológica. Essas divergências de cunho ideológico contribuem para que a atenção e os recursos disponibilizados através das políticas públicas cheguem à agricultura camponesa numa quantidade muito inferior a que é destinada ao modelo empresarial.

A agroecologia supera um modelo produtivista com vistas ao mercado, e envolve questões mais amplas, como sociais, ambientais e culturais, conforme já discutido anteriormente. O conceito de agroecologia envolve questões importantes, e abrange um sistema de produção que deve ser ambientalmente sustentável e socialmente justo.

Portanto, a busca pela integração entre os saberes históricos dos agricultores com o conhecimento científico é base para compreender o funcionamento dos agroecossistemas de produção agrícola, e, a partir das especificidades de cada um, criar estratégias que contribuam para níveis satisfatórios de produtividade. Portanto, o objetivo principal é ir além das práticas alternativas, mas desenvolver agroecossistemas com a mínima dependência em agroquímicos e agentes externos (ALTIERI, 2012).

No Território do Cantuquiriguaçu, a agroecologia tem apresentado avanços ao se opor ao modelo agrícola dependente de agrotóxicos, sementes transgênicas e insumos químicos. Nesse sentido, um ponto a ser destacado é o papel atuante da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Laranjeiras do Sul, através dos cursos de Agronomia com ênfase em agroecologia e do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, além de outros projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados ao tema.

Uma importante contribuição para a efetiva autonomia dos agricultores encontra-se nas ações e na realidade dos assentamentos rurais, que também contribuem para o fortalecimento e desenvolvimento do território. Ao inserir nas discussões propostas de desenvolvimento que vão muito além da conquista da terra, mas que buscam a valorização da agricultura em pequena escala e o trabalho de base familiar.

Percebe-se também que os assentamentos ligados à agricultura camponesa têm cada vez mais pressionado no sentido de inserir suas demandas na agenda estatal, entendendo que é de grande importância que sejam direcionados investimento para o setor e a implementação de políticas específicas.

Entretanto, mesmo com algumas dificuldades, os produtores agroecológicos estão buscando se organizar especialmente por meio do apoio como o realizado pelo Ceagro em parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia. Através do trabalho cooperativo buscam apoio e incentivo em todas as esferas, incluindo a municipal. Isso demonstra consonância com a estratégia dos movimentos sociais da agricultura familiar e da agroecologia em nível nacional e estadual de se fortalecer ganhando cada vez mais espaço na sociedade.

Um ponto positivo a ser destacado é a existência da Rede Ecovida de Agroecologia. Neste sentido, Finatto (2016) ressalta que as Redes de Agroecologia, formadas por diferentes organizações (ONGs, associações, cooperativas, agricultores, entre outros) articulam-se em escalas distintas e proporcionam parcerias e conquistas políticas, científicas e o aprimoramento das técnicas produtivas. “As Redes de Agroecologia possuem em comum o fato de terem surgido apoiadas na necessidade de criar alternativas técnicas adequadas às características dos agricultores familiares camponeses” (FINATTO, 2016, p. 33)

Por outro lado, mesmo não existindo por parte do governo municipal nenhuma ação ou programa específico para a agroecologia, é necessário desenvolver ações e estratégias juntamente com os produtores que possam consolidar a autossuficiência na produção de grãos e outros alimentos no município. Outro ponto a ser destacado é que algumas políticas e programas nem sequer foram citados pelos produtores, como o programa Paraná Agroecológico e o Pronaf Agroecologia.

Os governos, em todos os níveis, não perceberam ainda a necessidade de auxiliar os produtores no que diz respeito à questão organizacional e associativa. Atualmente, os produtores não estão vinculados a nenhuma cooperativa, o que dificulta o acesso a determinadas políticas públicas.

Segundo a fala de um dos entrevistados “pra nós, pequeno produtor, é bom ser associado nas cooperativas, porque você sabe, os pequenos produtores têm que se unir, em grupo é mais fácil de ir conversar com um prefeito, vereador.” (ENTREVISTADO NF, 2017). A importância do trabalho associativo fica muito evidente durante essa fala, ao relatar que o trabalho cooperativo gera ao pequeno produtor mais visibilidade e empoderamento.

Percebe-se também uma lacuna quando se trata de apoio do governo municipal ao mediar e apoiar os produtores no acesso às políticas de nível federal. Esse fato tem influenciado diretamente na dificuldade de acesso dos produtores a essas políticas.

Nesse sentido, é imprescindível que ocorram ações em especial em nível municipal no sentido de informar os produtores a respeito de ações e programas para a agroecologia, além do apoio técnico e financeiro na produção agroecológica, na questão organizacional dos produtores e na comercialização dos produtos.

## REFERÊNCIAS

- ADAPAR. **Dados Siagro**. Disponível em: <[www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/RESULTADOS\\_PUBLICADOS/dados\\_siagro.xls](http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/RESULTADOS_PUBLICADOS/dados_siagro.xls)>. Acesso em: 10 out. 2017
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. Ampl. São Paulo: A\_PTA; Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. Acesso em: 09 out. 2017.
- CALDART, Roseli Saete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n.43, p.207-224, set. 2001.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, Gervásio Paulus José Antônio. (Orgs.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, DF: 2009
- CAPORAL, Francisco Roberto, PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o Caso do Brasil. **Agroecología**, n.6, p.63-74, 2012.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Assentamentos rurais: territórios do Território Cantuquiriguaçu, estado do Paraná**. São Paulo: FCT-UNESP, 2010.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado de Paraná, Brasil. **GeoGraphos**, v.4, n. 48, p. 378-403, mar. 2013.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. As disputas paradigmáticas e o conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, MS, v.12, n. 21, maio 2015.
- CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu Paraná: estratégia para o Desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul, 2009.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limites e possibilidades**. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Mestrado em Administração. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 2000.
- CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; SANTOS, Cristina Sturmer dos. **Desafios da agroecologia no território cantuquiriguaçu**: apontamentos sobre uma metodologia de transição agroecológica no meio rural paranaense. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS, 7., JORNADA DE PESQUISADORES SOBRE A

QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2., 2014, Ponta Grossa. **Anais...**Ponta Grossa: UEPG, 2014.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Sistema Local Territorial (SLOT)**: um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodriguez; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ECOVIDA. **Histórico de participação da rede no marco regulatório da Lei Federal**. Disponível em: <[www.ecovida.org.br/certificacao](http://www.ecovida.org.br/certificacao)>. Acesso em: 10 out. 2017

FERNANDES, Mançano Bernardo. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular.

FINATTO, R. A. Redes de Agroecologia e Produção Orgânica na região Sul do Brasil. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242>>. Acesso em: 23 set. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**: 1.a fase: caracterização global. Curitiba, 2007.

MARÉS, Frederico Carlos. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p.151-172, jan./jun. 2006.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón; FAVARO, Jorge Luis. Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p.39-69, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes. O Território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ZAMBERLAM, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p.42-61, out.\ 2003.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM  
CAMPO

	<p><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - <i>Campus</i></b>  <b>Laranjeiras do Sul</b>          Projeto de Pesquisa          Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em acampamentos e assentamentos rurais: considerações a partir de diferentes casos no Paraná</p>
---	---

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO

Local \_\_\_\_\_

Data e hora da entrevista: \_\_\_\_\_

**Dados de Identificação:**

1.1 Nome do/a entrevistado/a: \_\_\_\_\_

1.2 Idade: \_\_\_\_\_ 1.3 Escolaridade: \_\_\_\_\_

1.4 Contato. telef.: \_\_\_\_\_

**Sobre a formação do assentamento:**

1.5 Há quanto tempo mora no assentamento e/ou participa do processo da luta pela terra na região?

1.6 Poderia descrever como foi o processo de ocupação da atual área do assentamento Terra Livre?

1.7 Como foi o processo de criação do assentamento? Quando ele surgiu?

1.8 Quais organizações, movimentos ou lideranças participaram desse processo de formação do assentamento?

1.8 O surgimento do assentamento tem relação ou ocorreu junto com outros assentamentos da região da Cantuquiriguaçu? Quais?

**Sobre a caracterização do assentamento:**

1.9 Qual a origem das famílias que estão hoje no assentamento? Qual o número de famílias?

2.0 Poderia descrever as principais atividades agropecuárias praticadas no assentamento? Existe agroindústria? De que produtos?

2.1 A agroecologia é praticada por quantas famílias? O que elas produzem?

2.2 Quem fornece assessoria técnica na agroecologia? E nos cultivos convencionais?

2.3 Observando o assentamento desde o seu surgimento até hoje, quais as principais mudanças ocorridas em relação ao número de famílias e aos cultivos desenvolvidos? No início eram cultivados outros produtos?

2.4 Existe alguma associação ou cooperativa? Poderia descrever a sua importância para os assentados? Com quais produtos ela trabalha? Onde comercializa a produção?

APÊNDICE B - ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM  
CAMPO

	<p><b>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - <i>Campus</i></b>  <b>Laranjeiras do Sul</b>          Projeto de Pesquisa          Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em acampamentos e          assentamentos rurais: considerações a partir de diferentes casos no Paraná</p>
---	--

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS EM CAMPO

Local: \_\_\_\_\_

Data e hora da entrevista: \_\_\_\_\_

**1. Dados de Identificação**

1.1 Nome do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

1.2 Idade: \_\_\_\_\_ 1.3 Escolaridade: \_\_\_\_\_ 1.4 Contato. telef.: \_\_\_\_\_

1.5 Número de pessoas da família (que moram na mesma casa): \_\_\_\_\_

1.6 Renda média mensal da família: \_\_\_\_\_

1.7 Há quanto tempo reside no assentamento: \_\_\_\_\_

1.8 Município de origem (local de residência antes do assentamento): \_\_\_\_\_

1.9 Há quanto tempo trabalha com agricultura? \_\_\_\_\_

1.10 Área destinada para a produção agroecológica: \_\_\_\_\_

1.11 Quais os cinco principais produtos cultivados? \_\_\_\_\_

1.12 Produção certificada: ( ) Sim ( ) Não

1.13 Tipo de Certificação: ( ) Participativa - SGP ( ) De terceira parte: \_\_\_\_\_

1.14 Participou de cursos ou formações no último ano sobre agroecologia?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, quais os temas e onde ocorreram: \_\_\_\_\_

**2. Das motivações...**

2.1 Já trabalhou com a produção convencional? Quais cultivos? Encontrou dificuldades (financiamentos bancários, dívidas, problemas de saúde pelos agrotóxicos, falta de maquinário)

2.2 O que o senhor/a entende por agroecologia? Qual o significado?

2.3 Onde e como conheceu a agroecologia?

2.4 Quais as motivações/causas que o/a levaram para a produção agroecológica?

**3. A rede de sujeitos**

3.1 Como o senhor/a entrou em contato com a agroecologia no assentamento?

